

*Clara Mafra, Na Posse da Palavra. Religião, Conversão e Liberdade Pessoal em Dois Contextos Nacionais*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2002, 260 páginas.

O imperador Francisco José, quando recebia uma carta do primo Nicolau, o muito pio czar da Rússia, ficava indisposto: era tal a mistura de religião e política que não sabia se devia enviá-la ao confessor ou ao primeiro-ministro. Vivemos dificuldade comparável ao lermos o livro epigrafado, o qual, apesar do seu título genérico, é essencialmente uma monografia sobre certos aspectos da acção da IURD (Igreja Universal do Reino de Deus) no Brasil e em Portugal.

Queira ler as linhas conclusivas de *Na Posse da Palavra*: «Tal metafísica [a dos pentecostais] parece possibilitar uma convivência mais serena com o risco, uma aceitação menos constringida de que ‘os sucessos sejam parciais, os fracassos provisórios’.» Descontado o «parece» retórico, o pentecostalismo é bom! Por isso, não sabemos se é melhor mandarmos o livro para a prateleira de «religião», subsecção de apologética, ou para a da «ciência das religiões». Dito de outro modo: nenhuma daquelas palavras — serenidade, convivência, risco, sucesso, fracasso — foi transformada em conceito de ciência social e os comportamentos que lhes estão subjacentes não foram comparados com os de outras igrejas; por isso a conclusão é alheia à ciência social.

1324 Talvez para compensar este sentimento de confusão entre ciência social

e religião, no último capítulo Deus é substituído por «deuses» — o que é injustificado, pois não é analisada nenhuma religião politeísta.

Clara Mafra, contudo, escreveu uma obra de ciências sociais, a qual tem relação com um doutoramento em Antropologia Social, ainda que essa relação não seja clarificada (p. 13). O trabalho de campo consistiu essencialmente em reunir casos de conversão de 30 membros da IURD no Brasil (onde ela é conhecida por Universal) e 15 em Portugal (p. 121), mas ignoramos as respectivas identificações sociais (estranhamente, no livro apenas são expostos três destes casos). Leu ainda jornais da IURD dos dois países e comparou-os. No Brasil foi «aceite no grupo [da IURD num bairro da periferia do Rio de Janeiro] por assumir, como todos [os membros de uma dada equipa missionária], uma identidade evangélica», mas não missionou e depois pôde explicar que procedia a uma investigação (p. 23). Em Portugal «poucas vezes» conseguiu identificar-se como investigadora (porquê?) e tornou-se «uma ‘fiel’ itinerante», participando em actos de culto em vários centros urbanos do litoral (pp. 24-25). A hierarquia da IURD não falou com ela (p. 156), mas, como a autora participou em numerosos actos de culto, podemos admitir que tenha beneficiado de alguma tolerância por parte dessa hierarquia; o protocolo da investigação, aliás esparso pelo livro e de consulta difícil, parece ser omissa a esse respeito.

A sistematização de *Na Posse da Palavra* é a seguinte, em linhas ge-

rais: o primeiro capítulo é consagrado à dialéctica da perseguição que a IURD usa como eixo do seu posicionamento social; mas também menciona a Assembleia de Deus (pentecostal) e analisa a formação de multidões na IURD. O segundo é dedicado à presença dela em Portugal e colocado sob o signo da ambiguidade da lei de liberdade religiosa: a IURD considera-se vítima de perseguição (p. 63) e vitimiza-se. O terceiro analisa como ela adapta a sua mensagem universal aos dois países, acentuando que prefere desterritorializar [os lugares de culto ficam distantes dos de residência dos fiéis (v. p. 106)]. O quarto resume três casos de conversão à IURD, dois portugueses e um brasileiro. O quinto descreve o culto da IURD: papel da personalização de Deus e dos demónios, sofrimento, campanhas temáticas. O sexto analisa a carreira dos pastores da IURD. O sétimo e último é consagrado ao rito em geral e a outras formas de comunicação dos «humanos» com «os deuses». A autora afirma que «os capítulos seguem-se como tramas sobrepostas numa tela» (p. 26). O fio condutor da sistematização não é explicitado e, provavelmente, não é explicitável. Esta sistematização, de tipo enciclopédico, concretiza uma monografia que aborda numerosos problemas teóricos — e não um problema teórico monograficamente aprofundado. A sistematização nem sempre é respeitada: assim, na p. 19, o tema do livro é estudar «a incomodidade» social causada pela IURD;

na p. 20 é o exame da circulação internacional do pentecostalismo. Ambos os temas são tratados, mas nenhum é o assunto da obra. Por isso, é difícil analisá-la como um todo e referir-nos-emos apenas a alguns aspectos dela.

Provavelmente devido à sistematização, o livro tem repetições desnecessárias, por exemplo: o conceito de «denominação» no meio evangélico é dado nas notas de rodapé das pp. 23 e 33; a dimensão performativa da linguagem nas pp. 17 e segs. e 108.

Clara Maфра propõe uma grelha explicativa da IURD assente na destradicionalização (p. 76) e na problemática da comunicação do homem com Deus — um tema fio da navalha entre a religião e a sua ciência; a autora parece privilegiar a seguinte explicação: «Os pentecostais estão a incentivar a experimentação sobre a mudança de sentido produzida pela conversão» (p. 120). Este tema é repetido, mas é conceptualizado sem rigor — surge como uma paráfrase do próprio pentecostalismo — e não é explorado.

A ênfase posta na «posse da palavra» pelo crente — apesar de corresponder a uma formulação da IURD — é mais adequada ao pentecostalismo propriamente dito do que à IURD devido à função dos seus bispos e pastores, verdadeiros senhores da palavra; isso mesmo é sugerido pelas duas transcrições de programas de rádio da organização (pp. 15-16 e pp. 188 e segs.). Aliás, para a autora, «o modelo de difusão da mensagem iurdiana na rede institucional está

mais próximo do modelo católico [...] do que do modelo protestante» (p. 104). Mas não tira as consequências desta frase e acriticamente atribui o pentecostalismo à IURD. Em resumo: não fica demonstrada a tese que dá o título ao livro.

Assinalemos de passagem que os frequentadores da IURD, a avaliar pelos três casos narrados, são desintegrados sociais: Maria de Fátima, uma empregada doméstica lisboeta, é ameaçada pela inveja de iguais (depois de ter sido vítima da inveja de inferiores); Everaldo, um carioca infiel à esposa, percebeu que esta ia fazer-lhe as malas e pô-las à porta; Antónia, uma angolana em Portugal, corre o risco de ver a família destruída pela legislação portuguesa sobre imigração. É então que se convertem. Contudo, a autora nunca considera aquela perspectiva de exclusão social.

Clara Mafra escreve também sobre a tentativa de implantação da IURD em Portugal, «pólo importante» da estratégia de internacionalização da organização (p. 61). A tentativa começou por ter êxito, mas falhou — também porque «no contexto português uma pedagogia prospectiva não tem o mesmo impacto [que no Brasil], já que boa parte das expectativas de futuro parecem estar consolidadas tanto através da tradição como das rotinas oferecidas pela ampliação tecnológica e tecnocrática da sociedade» (p. 161). A ligação entre a recusa da religião e o progresso técnico recorda o positivismo comteano; não é oferecido nenhum argumento a favor da tese. A

explicação pelas «rotinas» e pelo «conservadorismo da opinião pública portuguesa» (p. 193) é contraditória com a anterior e também não é provada. Aliás, o conservadorismo nunca é caracterizado nem a sua existência demonstrada. A autora descreve o sucesso da IURD em Portugal enquanto seguiu uma atitude discreta e reservada, sob a direcção do seu bispo Paulo Guimarães (pp. 198-199), e o fracasso da estratégia agressiva do seu bispo João Luiz Urbaneza, mas não tenta integrar esta perspectiva com a anterior.

Clara Mafra é sistematicamente favorável à IURD. É o caso da questão estratégica da sua implantação em Portugal: o seu principal instrumento para se apresentar como vítima foram os PDM, que, segundo a *vox populi*, ela frequentemente desrespeitou, instalando templos em espaços que careciam da respectiva autorização, sem prévia negociação com as autarquias. Clara Mafra refere o problema, dá a palavra aos representantes da IURD, e só a eles, não faz trabalho de campo sobre a questão e não insere o caso na estratégia de vitimação da IURD. (v. pp. 86-88).

A descrição do caso do centro comercial York, em Matosinhos, cujos comerciantes forçaram o encerramento de um templo da IURD, não é objectiva: é uma polémica com Narciso Miranda, o autarca local, que, aliás, não recebeu a autora; a narrativa merece pouca confiança, por ser incompleta, unilateral quanto às fontes e supor que o concelho de Vendas Novas é «vizinho» do de Matosinhos (pp. 198-204).

Esse favoritismo é igualmente revelado na alta opinião que Clara Mafra tem da IURD: «Ao disputarem em pé de igualdade os privilégios da Igreja Católica, os bispos, pastores e membros da Igreja Universal acabam por funcionar como principais referências para a formação de uma opinião pública em torno da questão do pluralismo religioso»; «apresenta-se como a única instituição que faz o contraste real com a Igreja Católica» (pp. 64 e 85; v. também p. 88).

Assim, por exemplo, a autora parece considerar evidente que a lei portuguesa de liberdade religiosa é devida à IURD — «assumiu a frente de um processo de alavancamento da questão religiosa no campo institucional» (p. 90; também p. 88) — e não demonstra tão surpreendente tese.

Sobre esta lei produz afirmações originais, mas desprovidas de fundamento. Por exemplo: «Com o projecto de lei de liberdade religiosa de 1998 foi dado um sinal claro de uma regulação social que tende a inibir a expressão mais ampla de grupos minoritários na formação da opinião pública nacional» (p. 22). Assim, a lei de liberdade religiosa diminuiria a liberdade religiosa. A afirmação não é justificada e é enganadora pois, antes da lei — como, aliás, a autora parece reconhecer indirectamente (v. p. 90) — havia um problema de igualdade entre igrejas, mas não de liberdade religiosa: o Estado português tinha o direito de reconhecer certas associações como religiosas, mas autorizava que as não reconhecidas — entre as quais a IURD — agissem livremente

no campo religioso, só que sem beneficiarem nem do prestígio de serem reconhecidas como religiões pelo Estado português nem, depois da aprovação da lei, do reconhecimento da sua personalidade jurídica enquanto religiões organizadas e das vantagens financeiras inerentes a este reconhecimento.

Clara Mafra manifesta noutros passos desfavor face à IURD; por exemplo: menciona a «vulnerabilidade do outro», obtida pelo pastor da IURD (p. 188); refere «a pressão que paira sobre cada pastor por parte da máquina iurdiana» (p. 195); no final refere críticas que são feitas àquela organização, mas não se pronuncia sobre o bem fundado delas (p. 233).

Apesar deste distanciamento, Clara Mafra toma a atitude de defensora da IURD, que considera ter sido maltratada pelas ciências sociais — «alguns estudos» manifestam «viés preconceituoso» sobre os pentecostais (nota da p. 56) —, pelos jornalistas — v. a crítica a um artigo de Fernando Gabeira, pp. 44-52; a imprensa mostra a IURD «constantemente pela sua faceta negativa» (p. 57), não sendo claro se está em causa a imprensa brasileira, a portuguesa, ou ambas —, pelos brasileiros — que inicialmente a receberam com «desconfiança e temor» (p. 24) — e pelos portugueses: em Portugal, escreve, havia «clima de hostilidade, aversão e menosprezo» pela IURD — além de «enorme fascínio» (p. 24).

Assim, fica claro que a IURD tem razão em considerar-se perseguida,

pois é efectivamente perseguida: todos a hostilizam e em todas as «perseguições» narradas a IURD tem razão. Parece assim legitimado — sem provas — o complexo persecutório da organização.

O livro tem, contudo, muito a seu favor. Clara Mafra tem talento: revela sentido da intriga, da acção e do conflito, o que torna a leitura atraente; desdobra sempre um fio que prende o leitor; a sua prosa encanta; tem traquejo universitário e, por exemplo, cita quase sempre adequadamente. A bibliografia é actualizada e, geralmente, foi consultada. O interesse pela leitura de *Na Posse da Palavra* é aumentado pelo seu enciclopedismo e por nos poupar o aborrecimento do exame exaustivo seja de que problema for. O livro tem numerosas informações sobre a vida e métodos da IURD, as quais, na perspectiva institucional, não são sistemáticas.

A edição é boa e confortável. Há, contudo, algumas linhas empasteladas (entre as pp. 202 e 203). O livro tem índice de assuntos, mas com falhas; por exemplo: falta o «chuto da santa» e a «teologia da prosperidade» apenas vem mencionada na p. 78 (quando surge pelo menos também na p. 194). O índice segue alguns critérios de alfabetização inesperados: «pastor Caio Fábio» surge em «pastor».

Ah! Digamo-lo de passagem: é inexacto que galinha de cabidela (no Brasil designada por «ao molho pardo») seja o prato «habitual» que as famílias portuguesas comem ao almoço de domingo «em todo o território nacional» (p. 84).

*Fernando Farelo Lopes e André Freire, Partidos Políticos e Sistemas Eleitorais — Uma Introdução*, Oeiras, Celta, 2002, IX + 195 páginas.

Trata-se de um livro oportuno que, não sendo um manual propriamente dito, constitui uma extensa revisão da matéria e corresponde às necessidades do ensino e aprendizagem da ciência política. É excelente que este tipo de publicações ocorra cada vez com maior frequência, pois isso testemunha do desenvolvimento e da crescente consagração da disciplina em Portugal. Para além disso, este estudo tem o valor substantivo muito apreciável do seu contributo para o conhecimento do sistema político-partidário português.

Os autores dividiram o livro equitativamente entre eles, tratando Fernando Farelo Lopes (FFL) dos partidos políticos e André Freire (AF) dos sistemas eleitorais. Ambos escrevem com uma clareza rara na comunidade das ciências sociais portuguesas e os leitores não podem deixar de lhes ficar gratos por isso. E ambos tendem também a adoptar o ponto de vista politológico de subsumir a história e as suas contingências e lições no típico formalismo da política comparada, *comparative politics*, o que já é porventura menos de louvar.

Em compensação, as estratégias de exposição de cada um dos temas são diferentes: enquanto FFL se debruça primeiro sobre os partidos políticos em geral e depois sobre o